

ARTIGOS

A REPRESENTAÇÃO: NOÇÃO TRANSVERSAL, FERRAMENTA DA TRANSDISCIPLINARIDADE

DENISE JODELET

TRADUÇÃO Lia Obojes

RESUMO

Nos últimos anos, a globalização estabeleceu vínculos entre as diferentes ciências e impôs a transdisciplinaridade como tema para o estudo das representações sociais. Este texto traz uma reflexão sobre as formas e os princípios da transdisciplinaridade e sobre a pertinência de uma noção como a de representação para o desenvolvimento de abordagens transdisciplinares. A transdisciplinaridade distingue-se da pluridisciplinaridade e da interdisciplinaridade e requer para sua compreensão uma harmonização de conceitos e ferramentas e uma discussão mais aprofundada. Daí a utilização da representação como conceito unificador em especial no que diz respeito às disciplinas psicológicas.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS • TRANSDISCIPLINARIDADE • CONHECIMENTO

REPRESENTATION: TRANSVERSAL NOTION, A TOOL OF THE TRANSDISCIPLINARITY

ABSTRACT

In recent years, globalization has established links among different sciences and imposed transdisciplinarity as a theme for the study of social representations. This text reflects on the ways and principles of transdisciplinarity and on the relevance of the notion of representation for the development of transdisciplinary approaches. Transdisciplinarity is different from multidisciplinarity and interdisciplinarity and to be understood requires a harmonization of concepts and tools and further discussion. Hence, the use of representation as a unifying concept mainly in regard to psychological disciplines.

SOCIAL REPRESENTATIONS • TRANSDISCIPLINARITY • KNOWLEDGE

LA REPRÉSENTATION: NOTION TRANSVERSALE, OUTIL DE LA TRANSDISCIPLINARITÉ

RÉSUMÉ

Dans les dernières années, la globalisation établit des liens entre les différentes sciences et impose la transdisciplinarité comme sujet pour l'étude des représentations sociales. Ce texte apporte une réflexion sur des formes et principes de la transdisciplinarité et sur la pertinence d'une notion telle que celle de représentation pour le développement d'approches transdisciplinaires. La transdisciplinarité se distingue de la pluridisciplinarité et de l'interdisciplinarité et demande pour sa compréhension une harmonisation de concepts et outils et une discussion plus approfondie. D'où l'utilisation de la représentation comme concept unificateur en particulier en ce qui concerne les disciplines psychologiques.

REPRÉSENTATIONS SOCIALES • TRANSDISCIPLINARITÉ • CONNAISSANCE

LA REPRESENTACIÓN: NOCIÓN TRANSVERSAL, HERRAMIENTA DE LA TRANSDISCIPLINARIEDAD

RESUMEN

Los últimos años, la globalización estableció vínculos entre las diferentes ciencias e impuso la transdisciplinariedad como tema para el estudio de las representaciones sociales. Este texto trae una reflexión sobre las formas y los principios de la transdisciplinariedad y sobre la pertinencia de una noción como la de representación para el desarrollo de abordajes transdisciplinarios. La transdisciplinariedad se distingue de la pluridisciplinariedad y de la interdisciplinariedad y requiere, para su comprensión, de una armonización de conceptos y herramientas y una discusión más profunda. De ahí proviene la utilización de la representación como concepto unificador, sobre todo en lo que concierne a las disciplinas psicológicas.

REPRESENTACIONES SOCIALES • TRANSDISCIPLINARIEDAD • CONOCIMIENTO

A TRANSDISCIPLINARIDADE É UM TEMA IMPORTANTE PARA A REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA relativa às representações sociais e à pertinência de sua abordagem em diversos campos de aplicação, como educação, saúde, trabalho social, política, etc. O tema já foi abordado na V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais ocorridas em Brasília, em 2007 (ALMEIDA; JODELET, 2009), e em uma conferência internacional organizada pela Universidade de Manouba em Túnis, em 2016, e se impõe cada vez mais em razão dos vínculos que se estabelecem entre as diferentes ciências no quadro da globalização. Esse contexto incitou-me a realizar uma reflexão em dois níveis: o das formas e princípios da transdisciplinaridade e o da pertinência de uma noção como a de representação para o desenvolvimento de abordagens transdisciplinares.

Primeiramente, situarei a transdisciplinaridade e sua especificidade no espaço das disciplinas científicas, ressaltando as características relacionadas ao estabelecimento de uma verdadeira transdisciplinaridade. Em seguida, tratarei de especificar as propriedades da noção de representação tal como foram desenvolvidas por diferentes modelos teóricos e de onde provém seu caráter transversal, o que a torna uma ferramenta para a prática transdisciplinar. Considerada a disciplina na qual se situa o estudo das representações sociais, vou me ater às contribuições da noção de representação à transdisciplinaridade nas ciências humanas.

Para nortear essas reflexões, é preciso deixar claras algumas questões a respeito da noção de representação, que se inscreve em uma longa tradição de pensamento tanto na filosofia quanto na epistemologia das ciências humanas ou em sua prática. Não seria possível defini-la de forma unívoca. Entretanto, para compreender seu uso, pode ser útil retomar uma distinção estabelecida na língua alemã entre *Vorstellung*, que significa a representação como atividade mental individual ou social, e *Darstellung*, o resultado dessa atividade, ou seja, as proposições a respeito de um estado de coisas, de uma situação ou de entidades humanas, sociais ou materiais.

A representação estabelece, portanto, um vínculo entre um sujeito, individual ou social, e um objeto que ela substitui; daí seu caráter simbólico. Como atividade, ela pode remeter, conforme as disciplinas, seja a processos cognitivos individuais ou socialmente informados, seja a elaborações produzidas conjuntamente dentro de uma determinada formação social, grupo social ou coletivo científico. De acordo com a perspectiva adotada, individual ou coletiva, as características da atividade mental serão diferentes. Nos ramos da psicologia (desenvolvimental, cognitiva ou clínica), a atividade mental é estudada no nível dos processos intraindividuais e das estruturas de saber correspondentes. No caso das ciências sociais, os processos são reportados a elaborações compartilhadas, ligadas à interação e à comunicação social e/ou fundadas em bases materiais e relações sociais. A psicologia social estabelece uma ponte entre essas duas grandes tendências. Por essas diferentes concepções, evidencia-se que a noção de representação tem um caráter transversal que oferece recursos para pôr em prática a transdisciplinaridade.

A TRANSDISCIPLINARIDADE: UM MODO ORIGINAL DE PRODUÇÃO DE SABER

Isso é evidente para as ciências sociais, nas quais a evolução do mundo contemporâneo introduziu mudanças que levam a uma reconfiguração da relação entre as disciplinas. Assim, segundo os sociólogos Wieviorka, Ohana e Debarle (2007), haveria um declínio das especializações ou da pretensão da dominância das disciplinas mais prestigiosas como a antropologia, a história, a sociologia. Essa mudança se operaria em proveito de relações múltiplas (cross-, trans-, multi-, joint-, inter-) dentro das ciências humanas. Essas relações funcionariam por meio do “empréstimo”, da “infusão”, da “coordenação” em torno de temas novos.

Mas esse movimento vale para todas as ciências, e deu lugar a uma reflexão aprofundada sobre o estatuto das disciplinas e das relações estabelecidas entre elas. Segundo *The Oxford Handbook of interdisciplinarity* (FRODEMAN; KLEIN; MITCHAM, 2010), a questão da transdisciplinaridade, assim como a da interdisciplinaridade, foi colocada pela primeira

vez em 1972, em uma publicação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Ela seria definida 20 anos mais tarde (GIBBONS et al., 1994) como um modo original de produção de saber, designado como “Modo 2”, em oposição a outro modo, chamado de “Modo 1”, baseado nas disciplinas. A transdisciplinaridade é, então, considerada uma superação dos limites e modelos propostos em uma organização das ciências em “disciplinas” e “especializações”. Ela substitui uma visão hierárquica, homogênea da ciência, compartimentada em domínios fechados, por uma reconfiguração sintética e uma contextualização dos conhecimentos que são não lineares, complexos, heterogêneos e que integram, ao lado de contribuições de especialistas, os saberes e os *savoir-faire* dos atores sociais. Tal perspectiva converge com a da psicologia social, centrada em saberes profanos, de senso comum, desenvolvidos no espaço social em relação aos saberes eruditos.

Essa proximidade é reforçada pelo fato de que a transdisciplinaridade tem por objetivo a compreensão do mundo da vida¹ que visa também ao estudo das representações sociais. Esse objetivo a distingue da pluridisciplinaridade e da interdisciplinaridade com as quais ela tem uma relação de complementaridade, pois a pluridisciplinaridade, que diz respeito apenas à justaposição, sem interação, de diferentes abordagens disciplinares, e a interdisciplinaridade, que estabelece conexões entre os conceitos e as interpretações próprias a cada disciplina a propósito de um determinado âmbito de realidade, conservam uma finalidade centrada na pesquisa disciplinar. Já a transdisciplinaridade, segundo o Centre International de Recherches et Etudes Transdisciplinaires, intervém “entre”, “através” e “além” das disciplinas. Seu objetivo seria a compreensão do mundo presente cuja complexidade não poderia ser circunscrita pela pesquisa disciplinar.

A transdisciplinaridade apresenta diversas tendências. Uma primeira corrente faz dela um meio de integração sistemática dos conhecimentos tendo em vista a unidade da ciência. Outra corrente enfatiza a superação dos limites disciplinares pela reorganização das estruturas do conhecimento de um duplo ponto de vista. De um lado, recorrendo a sistemas gerais como o estruturalismo, a fenomenologia, o marxismo, a sociobiologia, a ciência política. De outro lado, recorrendo a referências “holistas” para reorganizar a estrutura dos conhecimentos, possibilitando integrar os campos materiais que as disciplinas estudam separadamente, como é o caso, por exemplo, da “biofísica”, que reúne a química física e a biologia molecular. Fala-se hoje de “ciência transdisciplinar” como uma forma colaborativa de “pesquisa transcendente”, que cria novos referenciais teóricos e metodológicos para definir e analisar os fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais, institucionais em diversos campos sociais, por exemplo, no da saúde e do bem-estar.

¹ N. de T. No original “monde de vie”. É uma tradução do termo alemão “Lebenswelt” usado por Husserl, embora não seja citado pelo autor.

Uma terceira corrente tem uma dimensão crítica, como os estudos de gênero ou pós coloniais que recusam os termos, conceitos e métodos das disciplinas clássicas em nome da justiça sociopolítica. Por fim, uma última corrente busca a solução de problemas sociais “trans-setoriais”. Postula-se que são problemas do mundo da vida, e não as disciplinas, que devem definir as questões e práticas da pesquisa. Os problemas são diversos e provêm de uma colaboração entre especialistas e dois tipos de atores sociais: os do sistema de produção, em vista da inovação técnica; e os do sistema social cujos saberes locais e interesses contextuais contribuem para alcançar soluções democráticas em âmbitos controversos.

Essa última tendência converge com a concepção da transdisciplinaridade como “Modo 2” da produção de conhecimentos e as tendências da pesquisa “pós-normal” e “pós-moderna”. Nessa perspectiva, as pesquisas inter e transdisciplinares exigiriam proposições empíricas e normativas mais democráticas e participativas.

CORRENTES EPISTEMOLÓGICAS E REPRESENTAÇÕES

As distinções entre pluri, inter e transdisciplinaridade podem ser lidas à luz da noção de representação. Lidamos com representações da ciência que é definida historicamente (WEINGART, 2010) por três características funcionais: 1) atividade de coleta e organização de informações disponíveis; 2) delimitação e organização de problemáticas e de temas; 3) prática e articulação entre os participantes de comunidades científicas.

Em uma primeira representação – a pluridisciplinaridade –, cada disciplina é autônoma em suas problemáticas, conceitos e métodos. Em uma segunda representação, a prática científica visa a um intercâmbio interdisciplinar para abordar questões delimitadas em comum acordo. Uma terceira representação – transcendente – supõe a criação conjunta de um mesmo campo original de saber e a extensão da expertise dos eruditos aos atores sociais.

Sob essas diferentes representações da prática científica, podem-se também desvendar representações diferentes de âmbitos e realidades a serem conhecidos. Isso conduz a tomar a ciência como uma representação do mundo. Citarei aqui o astrofísico Evry Schatzman (1993, p. 18):

O que me parece absolutamente essencial é que a ciência ou as ciências constitui um sistema de representação, uma representação do real, uma representação operatória que permite conseguir fazer coisas que não se fariam se não se tivesse esse conhecimento.

Essa observação levanta o problema da proximidade com a religião que existe em todos os âmbitos, da ciência, entre os saberes, as representações e as crenças que, segundo H. Atlan (2014), filósofo e biólogo, são a engrenagem essencial da relação dos homens com o mundo, verdadeiras “máquinas de fazer sentido”.

Não estamos longe, então, de reduzir tudo a representações, como fazem os especialistas da história cultural Rioux e Sirinelli (1997, p. 16), que definem sua disciplina como

[...] o estudo das formas de representação do mundo de um grupo humano cuja natureza pode variar — nacional ou regional, social ou política — e que analisa sua gestação, expressão e transmissão. Como os grupos humanos representam e se representam o mundo ao seu redor? Um mundo figurado ou sublimado — pelas artes plásticas ou pela literatura —, mas também um mundo codificado — pelos valores, o papel do trabalho e do lazer, a relação com o outro —, contornado — pela diversão —, pensado — pelas grandes construções intelectuais —, explicado — pela ciência — e parcialmente dominado — pelas técnicas —, dotado de um sentido — pelas crenças e os sistemas religiosos ou profanos, ou mesmo pelos mitos —, um mundo legado, enfim, pelas transmissões devidas ao meio, à educação e à instrução.

Esse uso recorrente da noção de representação a propósito de grandes campos sociais vem reforçar o exame de recursos que ela oferece para o diálogo e a colaboração entre as disciplinas a propósito de diversos objetos, temas, campos de saber, sejam naturais, humanos ou sociais.

LUGAR DA REPRESENTAÇÃO NA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

Em sua reflexão sobre as condições de uma verdadeira interdisciplinaridade que converge na transdisciplinaridade, o sociolinguista Charadeau (2010) prescreve a superação de uma simples justaposição de pontos de vista por uma harmonização de conceitos e ferramentas e uma discussão das interpretações entre as disciplinas. Para isso, o recurso a conceitos e ferramentas transversais aplicados a problemáticas bem circunscritas torna-se um procedimento necessário. A questão essencial passa a ser, então, determinar ferramentas conceituais suscetíveis de garantir a inter e a transdisciplinaridade.

Nessa perspectiva, e para permanecer no espaço das ciências humanas e sociais, os fenômenos de representação se revelam um lugar de encontro privilegiado entre as ciências sociais, a psicologia, a psicanálise, as ciências cognitivas, as neurociências e a filosofia. Por outro

lado, como vimos, conhecimento, saber e crenças podem ser tratados como fenômenos representativos perceptíveis em diferentes âmbitos da vida, por exemplo, a ciência, a arte ou a religião. Enfim, na medida em que a transdisciplinaridade busca uma compreensão holista dos processos empregados na vida material e social, ela permite verificar como as representações científicas válidas em um setor material específico (biológico, econômico, ambiental, político, institucional) podem servir para apreender e criar novos saberes que subentendem a ação, inclusive o saber experiencial que os indivíduos adquirem nas peripécias de sua existência. Os exemplos típicos desse caso referem-se aos campos da saúde (o câncer, por exemplo) e do meio ambiente (os riscos climáticos). E os desenvolvimentos recentes da educação para a saúde mostram a importância de levar em consideração o saber que os doentes adquirem pela gestão de sua doença e o diálogo com os profissionais da saúde para melhorar seus conhecimentos e reconhecimentos mútuos. Um procedimento semelhante pode se aplicar ao campo da educação, como tive oportunidade de mostrar (JODELET, 2007) a propósito do uso pelos educadores da sua experiência passada para enfrentar as situações pedagógicas.

Disso resulta que se pode apreender o jogo das representações em diversos níveis: como ferramenta da transdisciplinaridade; como expressão de uma visão do mundo; como fundamento de um sistema de saberes e crenças; como fenômenos que se constroem e agem socialmente. Exemplos dessas diferentes abordagens são encontrados, em particular, nas ciências humanas nas quais me deterei, infelizmente de forma um pouco rápida, dando ênfase principalmente às ciências sociais, que foram as primeiras a tratar das representações.

Nos autores clássicos, sobretudo Marx, Durkheim, Lévy-Bruhl, que deram conteúdo a elas, a noção se beneficia, sob a forma de “representação coletiva”, de um estatuto chave na abordagem da vida social. Em Marx, a representação recebe uma acepção original enquanto ilusão, “sistematização deformada e mistificada da realidade”, mas que age como força material objetiva. A representação inspirou as chamadas “teorias da suspeita”. Foi então considerada por alguns como uma forma de desconhecimento. Para Piaget (1976), o pensamento sociocêntrico responde a interesses do grupo que o constrói, ou como uma forma de legitimação, de justificação das práticas. Para outros foi vista como meio de ter acesso à ideologia, instância inatingível, e de atingir a “relação imaginária do homem coletivo ao universo social” (ROBERT; FAUGERON, 1978).

Durkheim, “o verdadeiro inventor do conceito”, segundo Moscovici (1989), chama de representações coletivas o conjunto de “produções mentais sociais”, que são as religiões, os mitos, as ciências, as categorias de apreensão do tempo e do espaço, e mesmo as formas correntes de pensamento e de saber. Embora comparáveis às representações individuais

na medida em que estas obedecem “a leis abstratas comuns”, as representações coletivas se diferenciam daquelas segundo dois critérios: a estabilidade que lhes confere, por um lado, a transmissão, a reprodução e a memória coletiva e, por outro, a seleção de seus objetos, que devem ter “uma certa gravidade” para “afetar a acervo mental² da sociedade”. Elas são obras de uma comunidade que as compartilha, que as reproduz, que se exprime através delas: “O que as representações coletivas traduzem é a maneira como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que as afetam” (DURKHEIM, 1898/1967). Essa dimensão identitária será retomada nas abordagens mais recentes das representações coletivas.

Levy-Bruhl matiza, com a noção de mentalidade, o caráter racional que Durkheim dá à representação coletiva, introduzindo a noção de participação, cuja presença ou ausência caracteriza, de maneira distintiva, sistemas culturais e sociais situados em tempos e espaços diferentes.

O interesse das ciências sociais pelas representações viveu um período de eclipse antes de se renovar, a partir dos anos 1980, em decorrência de mudanças ligadas a fatores de ordem histórica e epistemológicos. O fim das “grandes narrativas”, preconizadoras do progresso humano e do fim da história, foi seguido, após a derrocada do império soviético, pelo abandono do que foi chamado de “pensamento russo” ou “pensamento chinês”, enquanto emergiam novas correntes de pensamento ligadas à condição pós-moderna. A consequência disso foi a reabilitação do conceito de representação combinada a um retorno à ideia de sujeito ativo e pensante e de um novo questionamento sobre o vínculo social. Esta, segundo Dosse (1995), “envolve outra escala de análise, mais próxima dos atores sociais”. O cotidiano, as representações funcionam como alavancas metodológicas que permitem dirigir a atenção mais para o instituinte do que para o instituído.

Hoje, o tratamento da noção de representação social e/ou coletiva é objeto de um uso explícito e refletido em antropologia, sociologia e história, que veem nela um meio de acesso às dimensões simbólicas, culturais e práticas dos fenômenos sociais e um instrumento que permite pensar a relação do mental e do material, devolver espaço à cultura e ao reconhecimento dos fatos sociais como objetos de conhecimento. Embora todas essas correntes considerem as representações como operadores simbólicos e lógicos da vida social, cada uma privilegia um momento particular de sua intervenção: a antropologia, o momento da constituição da sociedade; a sociologia, as transformações sociais induzidas por ou baseadas nos fenômenos representativos; a história, o jogo temporal das formas sociais em períodos mais ou menos longos.

Na antropologia, a noção de representação permite delimitar a maneira pela qual os processos simbólicos participam da instauração e da manutenção da organização das relações sociais em uma determinada sociedade. As representações respondem à necessidade de compreender

2

N. de T. No original, “assiette mentale de la société”; é uma expressão cunhada por Durkheim. Foi usada a tradução consagrada em português.

e dar sentido à vida cotidiana e aos acontecimentos que a permeiam, portanto, de dar sentido à experiência. Dois exemplos: para Augé (1975), elas têm um caráter significante e instituinte em relação ao real – material, social, ideal, mítico, prático. Por seu conteúdo, elas têm um papel constitutivo do real e da ordem social: “Toda ordem é simultaneamente, organização concreta e representação”.

Para Godelier (1984), as representações são conhecimentos que se estabelecem em um vínculo de “conhecimento” com a realidade social. Elas recebem várias funções: apresentar ao pensamento uma realidade; interpretar essa realidade definindo sua natureza, origem e funcionamento; organizar as relações que os humanos mantêm entre eles e com a natureza; legitimar essas relações ou deslegitimá-las.

As problemáticas da antropologia sofreram uma inflexão, em um período recente, como consequência, entre outras, de se levar em consideração os aportes das ciências cognitivas. Um exemplo é Descola (2006), que lança a hipótese de que a maneira de estruturar a experiência do mundo e do outro se opera de acordo com modalidades cognitivas universais cujo arranjo varia segundo as culturas. Na ordem do religioso (JODELET, 2013), os cognitivistas adotam um ponto de vista antropológico: uma representação é qualificada de religiosa somente se é adotada por todos em um mesmo coletivo social. Sua construção requer uma elaboração que ative, conforme as necessidades de situações concretas em que se encontram os indivíduos, conjuntos de representações compartilhadas, relativas aos diferentes âmbitos da vida: projetam-se na maneira de pensar as entidades que habitam as crenças, os modelos advindos das relações e das práticas sociais.

Na sociologia, as representações agem como concepções que incidem no próprio curso da vida social e no terreno da política. Isso permite reintroduzir a cultura na análise dos comportamentos políticos e da mudança social (MICHELAT; SIMON, 1977). As representações intervêm na ação no mundo social, na medida em que essa ação fundamenta-se no conhecimento que os atores sociais têm desse mundo e de sua própria posição. Assim, Touraine (2007) relaciona as transformações sociais às decisões inspiradas pelas representações. Para Bourdieu (1982), “a eficácia política” dos atores e movimentos sociais passa por “representações mentais, verbais, gráficas e teatrais”, que têm o poder de revelar, construir e instituir uma realidade. Outros autores (FAYE, 1973; WINDISCH, 1982) estabeleceram um vínculo entre a representação e o discurso para explicar a maneira como um grupo originariamente muito minoritário, ou mesmo sectário (seita nazista na Alemanha ou xenófoba na Suíça), consegue obter uma adesão massiva às suas ideias.

Na história, observa-se a passagem da noção de mentalidade para a de representação. A partir dos anos 1980, verifica-se uma divisão na história das mentalidades que vai desenhar territórios diferentes para o estudo das representações. De um lado, uma corrente retorna a uma

história das sensibilidades e das emoções associada estreitamente a um estudo das práticas e das representações que as subentendem. É o caso, em particular, na história do corpo e dos gostos (CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2005). Outras correntes, ditas da micro-história, engajam-se em uma real história social, política e cultural centrada nas representações. Referimo-nos ao universo das representações que, solidárias a situações nas quais elas são ativadas, servem de mediações simbólicas que contribuem para a instauração do vínculo social.

Entre os principais autores que desenvolvem essa perspectiva, Chartier (1991), em um célebre artigo programático, “O mundo como representação”, atribui às representações a função de exprimir três modalidades da relação com o mundo social. Pelas representações, operações de classificação, os diferentes grupos recortariam constelações diversas, construindo contraditoriamente a realidade; as representações significariam por meio das práticas uma identidade social qualificada por um estatuto, uma posição e uma maneira própria de ser no mundo; enfim, sob formas institucionalizadas, elas exprimem e mantêm a existência de grupos, comunidades ou classes. Desse modo, a identidade é definida como o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm o poder de classificar e nomear e aquelas pelas quais os outros grupos pretendem ter reconhecida sua identidade. Entre as outras contribuições que vão no mesmo sentido, vale mencionar a história cultural, abordada no mundo contemporâneo por Rioux e Sirinelli, à qual me referi anteriormente.

A REPRESENTAÇÃO NAS DISCIPLINAS PSICOLÓGICAS

Em todos os casos que acabei de abordar, o termo representação é utilizado no plural e remete ao seu caráter social ou coletivo, pondo em relação vários campos da realidade social, política, econômica, religiosa, jurídica, etc. Isso demonstra bem o propósito transdisciplinar das análises. Não é o que ocorre nos modelos da psicologia, embora também se observe neles o caráter transversal da noção de representação, que diz respeito tanto às ciências cognitivas quanto à psicanálise. Mas, em razão do caráter acentuadamente intraindividual das análises, esses modelos oferecem um terreno menos favorável à prática da interdisciplinaridade. Com uma exceção, entretanto: o vínculo estabelecido entre as ciências informáticas e paradigmas cognitivos.

Na realidade, o uso da noção de representação começou a se impor a partir dos anos 1970, na abordagem de processos cognitivos e de linguagem sob o efeito de um feixe convergente de correntes epistemológicas: declínio do paradigma behaviorista; desenvolvimento da ciência informática, teorias cibernética e da inteligência artificial; influência do empirismo lógico, das teorias e da filosofia da linguagem; atenção voltada

às linguagens naturais e aos saberes do senso comum. Assistiu-se à emergência de um novo mentalismo, cujo interesse pelos “acontecimentos”, “estados”, “processos”, “propriedades”, “atos”, “conteúdos” mentais conduz a fazer da representação um conceito fundamental, o que é reforçado pelo progresso do conhecimento sobre a reorganização cerebral e o funcionamento neurológico (CHANGEUX, 1983).

Esse mentalismo teve como consequência o reconhecimento do estatuto conceitual e fundador da representação, “único conceito unificador que permite ligar os diferentes setores da psicologia cognitiva”. Diversos autores aderem à ideia de que a compreensão e o estudo da representação constituem um pré-requisito para os progressos teóricos e experimentais da cognição e deveriam resultar em um novo paradigma para a psicologia. Esses modelos cognitivos, baseados no tratamento da informação e inspirados pelo paradigma da inteligência artificial, deram margem a grandes debates epistemológicos que progressivamente enfraqueceram a pertinência da noção de representação em proveito da pragmática dos discursos e da abordagem das representações sociais.

Embora forneçam quadros interessantes para tratar da estrutura das representações e de sua conservação na memória enquanto saber declarativo (o saber que) e saber processual (o saber como), esses modelos são criticados porque dariam uma visão duplamente truncada do funcionamento mental. Por um lado, dariam uma visão mecanicista dos elementos constitutivos da representação e não poderiam explicar suas propriedades dinâmicas e suas mudanças. Tampouco poderiam integrar os aspectos afetivos, emocionais e motivacionais que intervêm na elaboração e na transformação de sistemas cognitivos. Na vertente social, centrados em processos intraindividuais, não permitiriam apreender o papel das normas sociais e dos modelos culturais na elaboração de conhecimentos sobre o mundo. Do mesmo modo, são criticados por excluir as dimensões sociais das representações que se referem tanto às suas condições de produção quanto às suas funções na relação com o mundo e com os outros, e mesmo com seus conteúdos diretamente tributários das formas de vida e das relações inscritas nos contextos sociais.

Recordei esses elementos apenas em razão de seu alcance para uma concepção da prática transdisciplinar nas pesquisas em ciências humanas. Esse exame merece ser ampliado a respeito da vida psíquica, lembrando o papel essencial que Freud atribuiu à representação, seja de “coisa” ou de “palavra”, do estatuto vicariante que lhe concede, ao lado do afeto, em relação à pulsão, e os desdobramentos que ela experimenta através da oposição entre processos primários e processos secundários. É preciso salientar também o quanto a reflexão sobre a representação, nas diversas ciências do homem, enriqueceu pelas perspectivas abertas pela psicanálise sobre o simbólico e o imaginário. As concepções freudianas da representação e o uso de noções freudianas no tratamento da

representação constituem um dos campos a respeito dos quais são levantadas dúvidas do ponto de vista da aplicação da transdisciplinaridade.

Se, nas ciências sociais, parece possível apreender a maneira como a transdisciplinaridade pode ser aplicada e teorizada, no caso dos modelos psicológicos a articulação entre disciplinas ainda é um ponto difícil de tratar. O paradigma das representações sociais que permite pensar a construção das representações elaboradas por sujeitos sociais para dar sentido à sua existência, para compreender seu mundo da vida e nele agir, poderia proporcionar os meios para essa articulação. Na medida em que as representações sociais são fenômenos polimorfos nos quais se encontram expressões elaboradas a partir de posições e pertencimentos sociais, de produções coletivas com efeitos de saber ou de crença, de sistemas de significação com alcance simbólico, elas são o lugar onde operam diferentes disciplinas. Assim, são não somente ferramentas de cooperação entre saberes científicos, como também apresentam a particularidade de dar voz aos atores sociais, como requer a transdisciplinaridade.

Nas discussões atuais sobre a noção de representação, a tendência é operar uma distinção radical entre as representações mentais/cognitivas e as representações sociais/coletivas. É comum estabelecer essa distinção entre elas, o que é prejudicial, sobretudo quando se coloca do ponto de vista da transdisciplinaridade, pois estamos diante de um desafio que é o de desenvolver um saber que abarca, ao mesmo tempo, as dimensões biológicas, cognitivas, psicológicas e sociais de fenômenos representativos, os suportes corporais de atividades mentais que são também respostas ao social.

Limitei-me, neste texto, ao âmbito científico que conheço: as ciências humanas e sociais. As ligações com outros âmbitos científicos e entre eles merecem igualmente ser considerados. Eles requerem competências que não tenho. Contudo, espero ter chamado a atenção para as questões epistemológicas e sociais do uso das representações na prática transdisciplinar. Resta-me formular um desejo: o de que essas poucas incursões mobilizem o interesse de pesquisadores e encoraje uma reflexão sobre a prática interdisciplinar nos diversos campos de aplicação em que se afirmou o caráter heurístico da abordagem das representações sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; JODELET, D. (Org.). *Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas*. Brasília: Thesaurus, 2009.

ATLAN, H. *Croyances*. Comment expliquer le monde. Paris: Autrement, 2014.

AUGÉ, M. *La construction du monde*. Paris: Maspero, 1975.

BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*. L'économie des échanges symboliques. Paris: Fayard, 1982.

CHANGEUX, J. P. *L'homme neuronal*. Paris: Fayard, 1983.

- CHARAUDEAU, P. Pour une interdisciplinarité “focalisée” dans les sciences humaines et sociales. *Questions de communication*, n. 17, p. 195-222, 2010.
- CHARTIER, R. Le monde comme représentation. *Annales, Economies, Sociétés, Civilisations*, n. 6, p. 1505-1520, 1989.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-19, jan./abr. 1991.
- CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. *Histoire du corps*. Paris: Seuil, 2005.
- DESCOLA, P. *Au delà de nature et culture*. Paris: Gallimard, 2006.
- DOSSE, F. *L'empire du sens*. L'humanisation des sciences sociales. Paris: La Découverte, 1995.
- DURKHEIM, E. Représentations individuelles et représentations collectives. *Sociologie et philosophie*. Paris: PUF, 1967. Reimpressão da edição de 1898.
- FAYE, J. P. *La critique du langage et son économie*. Paris: Galilée, 1973.
- FRODEMAN, R.; KLEIN, J.; MITCHAM, C. (Ed.). *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- GIBBONS, M. et al. *The new production of knowledge*. London: Sage, 1994.
- GODELIER, M. *L'idéal et le matériel, pensée, économie, sociétés*. Paris: Fayard, 1984.
- JODELET, D. A perspectiva interdisciplinar no campo de estudo do religioso. In: FREITAS, M. H. de; PAIVA, G. J.; MORAES, C. (Ed.). *Psicologia da religião no mundo ocidental contemporâneo*. Brasília: Universal, 2013.
- JODELET, D. Contribuições das representações sociais para a análise das relações entre educação e trabalho. In: PARDAL, L.; MARTINS, A.; SOUZA, C. de; DEL DUJO, A.; PLACCO, V. (Ed.) *Educação e trabalho*. Representações, competências e trajetórias. Aveiro: Editora da Universidade de Aveiro, 2007. p. 11-26.
- MICHELAT, G.; SIMON, M. *Classes, religion et comportements politiques*. Paris: Editions Sociales, 1977.
- MOSCOVICI, S. Des représentations collectives aux représentations sociales. In: JODELET, D. (Ed.). *Les représentations sociales*, Paris: PUF, 1989. p. 62-86.
- PIAGET, J. Pensée égocentrique et pensée sociocentrique. *Cahiers Vilfredo Pareto*, n. 14, p. 148-160, 1976.
- RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (Ed.). *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.
- ROBERT, P.; FAUGERON, C. *La justice et son public*. Les représentations sociales du système pénal. Paris: Masson, 1978.
- SCHATZMAN, E. Sciences de la nature et Sciences Sociales. In: SCHATZMAN, E.; PASSET, R. (Ed.). *Sciences de la nature et représentations sociales*. Paris: Centre Galilée, 1993. p. 17-35.
- TOURAINÉ, A. *Penser autrement*. Paris: Fayard, 2007.
- WEINGART, P. A short history of knowledge formations. In: FRODEMAN, R.; KLEIN, J. T.; MICHAM, S. (Ed.). *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- WIEVIORKA, M.; OHANA, J.; DEBARLE, A. (Ed.). *Les sciences sociales en mutation*. Paris: Sciences Humaines, 2007.
- WINDISCH, U. *Pensée sociale, langage en usage et logiques autres*. Lausanne: L'Age d'Homme, 1982.

DENISE JODELET
École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França
denise.jodelet@wanadoo.fr